

Reflexões Sobre a Formação e a Distribuição das Riquezas – Parte I*

*Anne Robert Jacques Turgot***

Resumo: O autor defende, por meio de quarenta e nove argumentos, que a geração de riquezas é impossível na presença de políticas distributivas, utilizando o fator terra como tema principal de sua análise. Defende o livre comércio, os direitos de propriedade e mostra como as trocas voluntárias e a divisão do trabalho, com a consequente geração de riqueza, surgem exatamente da desigualdade na distribuição da terra.

Palavras-Chave: Riqueza. Comércio. Terras. Capital. Divisão do trabalho.

Reflections On the Formation and Distribution of Wealth – Part I

Abstract: The author sustains, in forty-nine arguments, that it is impossible to create wealth in the presence of redistributive policies, using the land factor as the main theme of his analysis. He defends free trade and property rights, and shows how voluntary exchanges and the division of labor, with the consequent generation of wealth, arise exactly from the unequal distribution of land.

Keywords: Wealth. Trade. Lands. Capital. Division of labor.

Classificação JEL: B31, P14, P48

* O texto foi publicado originalmente em francês em 1766 com o título *Réflexions sur la formation et la distribution des richesses*. A presente tradução foi feita a partir do arquivo em PDF da edição original, disponibilizado on line pela Bibliothèque Nationale de France. Optou-se por publicar o texto em duas partes. A segunda e última parte será publicada na próxima edição de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*.

Traduzido do original em francês para o português por Carlos Nougé e Daniel Aveline.

** **Anne Marie Jacques Turgot**, o Barão de de l'Aulne, nasceu em 10 de maio de 1727 em Paris. Estudou Teologia a Universidade de Sorbonne. Manteve contato com os economistas fisiocratas e com os filósofos iluministas franceses, bem como com diversos pensadores britânicos. Colaborou com diversos verbetes para e escreveu várias obras, dentre as quais se destacam os livros *Lettres sur la tolérance civile* (1754), *Réflexions sur la formation et la distribution des richesses* (1766) e *Lettres sur la liberté de commerce des grains* (1770). Trabalhou como conselheiro do Parlamento de Paris, como intendente da cidade de Limoges e, entre 1774 e 1776, como ministro-geral das Finanças. Tanto no plano das ideias como na atuação nos cargos públicos sempre advogou o livre mercado, se opondo ao intervencionismo estatal. Faleceu no dia 18 de março de 1781 em Paris.

I

Impossibilidade do comércio na hipótese de uma divisão igual das terras, na qual cada homem não teria senão aquilo que lhe fosse necessário para alimentar-se.

Se a terra fosse assim distribuída entre todos os habitantes de um país, se cada um a possuísse na quantidade precisamente necessária para alimentar-se, e nada mais, é evidente que, sendo todos iguais, ninguém quereria trabalhar para outrem; ninguém, ainda, teria como pagar o trabalho do outro, pois cada um, não tendo senão o necessário para produzir sua subsistência, consumiria tudo o que tivesse colhido, e não teria nada que pudesse trocar pelo trabalho dos outros.

II

A hipótese acima jamais existiu, e não teria podido subsistir. A diversidade dos terrenos e a multiplicidade das necessidades levam à troca das produções da terra por outras produções.

Esta hipótese jamais pôde existir, porque as terras foram cultivadas antes de ser divididas, tendo sido o cultivo o único motivo da divisão e da lei que garante a cada um sua propriedade. Ora, os primeiros a cultivar provavelmente cultivaram tanto quanto suas forças lhes permitiam e, por conseguinte, mais do que lhes era necessário para alimentar-se.

Se esse estado tivesse existido, não teria podido durar: com todo o mundo extraindo de seu campo apenas sua subsistência, e não tendo como pagar o trabalho dos outros, não seria possível satisfazer suas outras necessidades, de alojamento, de vestimenta, etc., senão por seu próprio trabalho; o que seria praticamente impossível, pois cada terra não pode produzir tudo, longe disso.

Aquele cuja terra fosse própria somente aos grãos, e não produzisse nem algodão nem cânhamo, não teria tecido para vestir-se; outro teria uma terra própria ao algodão que não produziria grãos; outro ainda não te-

ria madeira para aquecer-se, enquanto outro ainda não teria grãos para alimentar-se. Logo a experiência ensinaria a cada um qual a espécie de produção mais própria à sua terra, e ele limitar-se-ia a cultivá-la, a fim de obter as coisas que lhe faltassem por meio da troca com seus vizinhos, os quais, tendo feito por sua vez as mesmas reflexões, teriam cultivado o alimento mais próprio a seu campo e abandonado a cultura de todos os outros.

III

As produções da terra exigem preparações longas e difíceis para que tornem próprias às necessidades do homem.

Os produtos que a terra produz para satisfazer as diferentes necessidades do homem não são próprios para isso, na maior parte das vezes, no estado em que a natureza os dá; eles precisam sofrer diferentes mudanças e ser preparados manualmente: é preciso converter o trigo em farinha e em pão; curtir ou passar os couros; fiar as lãs, os algodões; tirar a seda dos casulos; macerar, espadelar, fiar os cânhamos e os linhos, formar com eles diferentes tecidos, e depois talhá-los, cosê-los para fazer deles vestimentas, calçados, etc. Se o mesmo homem que produz em sua terra essas diferentes coisas, e que as emprega para suas necessidades, fosse obrigado a realizar todas essas preparações intermediárias, é certo que não teria muito sucesso. A maior parte dessas preparações exige cuidados, uma atenção, uma longa experiência que não se adquirem senão por trabalhar sem interrupção e com grande quantidade de materiais. Tome-mos por exemplo o preparo dos couros: que lavrador poderia seguir todos os detalhes necessários para essa operação que dura muitos meses e às vezes muitos anos? Se ele pudesse fazê-lo, fá-lo-ia por apenas um só couro? Que perda de tempo, de lugar, de materiais que poderiam ter servido ao mesmo tempo ou sucessivamente para curtir grande quantidade de couro! Mas, quando ele lograsse curtir um couro por si só, não lhe seria necessário

mais de um par de sapatos: que faria ele do restante? Mataria um boi para ter esse par de sapatos? Cortaria uma árvore para fazer um par de tamancos? Pode dizer-se a mesma coisa de todas as outras necessidades de cada homem, que, se fosse reduzido a seu campo e a seu trabalho, consumiria muito tempo e sofrimento para estar, em todos os aspectos, pessimamente equipado; e cultivaria muito mal seu terreno.

IV

A necessidade de preparar leva à troca de produções por trabalho.

O mesmo motivo que estabeleceu a troca de produtos por produtos entre os cultivadores de terrenos de natureza diversa deve, portanto, ter também levado à troca de produto por trabalho entre os cultivadores e outra parte da sociedade, que terá preferido a ocupação de preparar e de empregar os produtos da terra à de fazê-los nascer.

Todo o mundo ganhava com esse acordo, pois cada um obtinha muito mais ao dedicar-se a um só tipo de trabalho. O lavrador tirava de seu campo a maior quantidade de produtos possível, e obtinha, pela troca de seu excedente, muito mais facilmente todas suas outras necessidades do que se as tivesse sanado por seu próprio trabalho. O sapateiro, fazendo sapatos para o lavrador, ganhava uma parte da colheita deste. Cada trabalhador laborava pelas necessidades dos trabalhadores de todos os outros gêneros, os quais, por sua vez, trabalhavam todos por ele.

V

Preeminência do lavrador que produz sobre o artesão que prepara. O lavrador é o primeiro móvel da circulação dos trabalhos; é ele quem faz a terra produzir o soldo de todos os artesãos.

É preciso, no entanto, observar que o lavrador, fornecendo a todos o objeto mais

importante e mais considerável de consumo (quero dizer seus alimentos, e ainda o material de quase todos os ofícios), tem a vantagem de uma maior independência. Seu trabalho, na ordem dos trabalhos partilhados entre os diferentes membros da sociedade, conserva a mesma primazia, a mesma preeminência que possuía, entre os diferentes trabalhos a que era obrigado, no estado solitário, a dedicar a suas necessidades de toda e qualquer espécie, o trabalho que provia sua alimentação. Esta não é uma primazia de honra ou de dignidade; é de necessidade física. O lavrador pode, em tese, passar sem o labor dos outros trabalhadores, mas nenhum deles pode trabalhar se o lavrador não lhes der os meios para tal. Nessa circulação, que pela troca recíproca de bens essenciais torna os homens necessários uns aos outros e forma o vínculo da sociedade, é, portanto, o trabalho do lavrador o que dá o primeiro movimento. Aquilo que seu trabalho faz a terra produzir além de suas necessidades pessoais é o único fundamento dos soldos que recebem, em troca do próprio trabalho, todos os outros membros da sociedade. Estes, fazendo uso do valor dessa troca para comprar, por sua vez, os produtos do lavrador, não lhe dão senão exatamente aquilo que dele receberam. Há uma diferença muito essencial entre estes dois tipos de trabalho, na qual é necessário insistir, de modo que nos acostumemos com sua evidência antes de nos entregarmos às consequências sem-número que dela decorrem.

VI

O soldo do trabalhador é limitado, pela concorrência, à sua subsistência. Ele ganha apenas seu sustento.

O simples trabalhador, que conta somente com seus braços e sua indústria, nada possui senão na medida em que consiga vender a outrem seu esforço. Ele o vende mais ou menos caro, mas esse preço mais ou menos alto não depende apenas dele: resulta do acordo que faz com aquele que paga seu tra-

balho. Aquele o paga o menos caro possível; como ele pode escolher entre um grande número de trabalhadores, prefere o que trabalha pelo menor preço. Os trabalhadores são então obrigados a baixar o preço, competindo uns com os outros. Em cada espécie de trabalho, deve acontecer, e acontece de fato, que o soldo do artífice se limite àquilo que lhe é necessário para que obtenha sua subsistência.

VII

O lavrador é o único cujo trabalho produz além do soldo do trabalho. Ele é, portanto, a fonte única de toda a riqueza.

A posição do lavrador é muito diferente. A terra, independentemente de qualquer outro homem ou convenção, paga-lhe imediatamente o preço de seu trabalho. A natureza não negocia com ele para obrigá-lo a contentar-se com o absolutamente necessário. O que ela dá não é proporcional a suas necessidades nem a uma avaliação convencional do preço de suas jornadas; é o resultado físico da fertilidade do solo e da justeza, bem mais que a dificuldade, dos meios empregados por ele para torná-lo fértil. Tão logo o trabalho do lavrador produz mais que suas necessidades, ele pode, com esse excedente com que a natureza o presenteia para além de um soldo por seus esforços, comprar o trabalho de outros membros da sociedade. Esses, ao lho venderem, ganham apenas sua vida; mas o lavrador recolhe, além de sua subsistência, uma riqueza independente e disponível, que não foi comprada e que ele vende. Ele é, assim, a fonte única de todas as riquezas, as quais, por circularem, movem todos os trabalhos da sociedade, porque ele é o único cujo trabalho produz além do salário de trabalho.

VIII

Primeira divisão da sociedade em duas classes: uma produtora, ou dos cultivadores, outra estipiendiária, ou dos artesãos.

Eis então toda a sociedade dividida, por uma necessidade fundada na natureza das coisas, em duas classes, ambas trabalhadoras; mas uma, por seu trabalho, produz ou antes, tira da terra riquezas continuamente ressurgentes que fornecem a toda a sociedade a subsistência e a matéria de todas as suas necessidades; a outra, ocupada em dar aos materiais produzidos as preparações e as formas que as tornam próprias ao uso dos homens, vende à primeira seu trabalho, e disso recebe em troca sua subsistência. A primeira pode chamar-se classe produtora; a segunda, classe estipiendiária.

IX

No princípio, o proprietário não precisava ser distinguido do cultivador.

Até aqui, ainda não distinguimos o lavrador do proprietário das terras, e, na origem primeira, não era de fato distinguido.

Foi pelo trabalho dos que primeiro lavraram os campos e os cercaram para garantir-se a colheita que todas as terras cessaram de ser comuns a todos e as propriedades imobiliárias estabeleceram-se.

Até que as sociedades se tivessem estabilizado, e que a força pública, ou a lei tornada superior à força particular, tivesse podido garantir a cada um a posse tranquila de sua propriedade contra toda e qualquer invasão estrangeira, não se podia conservar a propriedade de um campo senão do mesmo modo como se tinha adquirido, e continuando a cultivá-lo. Não teria sido seguro fazer arar seu campo por outro que, tendo feito todo o esforço, não compreenderia facilmente que a colheita não lhe pertencia. Além disso, nesse primeiro momento, nenhum homem trabalhador, encontrando tanta terra quanto quisesse, não poderia sentir-se tentado a lavar por outrem; era preciso que todo e qualquer proprietário cultivasse seu campo ou o abandonasse inteiramente.

X

Progresso da sociedade; todas as terras têm um dono.

Mas a terra era povoada e cultivada cada vez mais. Com o tempo, as melhores terras encontraram-se todas ocupadas; não restou, para os retardatários, mais que terrenos estérteis, rejeitados pelos primeiros. Mas, ao fim, cada terra encontrou seu dono, e os que não puderam obter propriedades não tiveram inicialmente outro recurso além de trocar o trabalho de seus braços nos empregos da classe estipendiária pelo excedente dos alimentos do proprietário-cultivador.

XI

Os proprietários começam a poder descarregar-se do trabalho de cultura por meio de cultivadores salarizados.

No entanto, já que a terra rendia ao dono que a cultivava não somente sua subsistência, não somente meios para obter, mediante troca, suas outras necessidades, mas ainda um excedente considerável, ele pôde, com esse excedente, pagar a homens para cultivar sua terra; e, para os homens que vivem a soldo, tanto vale ganhá-lo por meio desse ofício ou por meio de qualquer outro. A propriedade teve, portanto, de ser separada do trabalho de cultura, e logo o foi.

XII

Desigualdade na divisão das propriedades: causas que a tornam inevitável.

Os primeiros proprietários inicialmente ocuparam, como já se disse, tanto terreno quanto suas forças lhes permitiam cultivar com sua família. Um homem mais forte, mais trabalhador, mais preocupado com seu futuro ocupou-o mais que um homem de caráter oposto; aquele cuja família era mais nume-

rosa, tendo mais necessidades e mais braços, estendeu ainda mais suas possessões; era já uma primeira desigualdade.

Os terrenos não são igualmente férteis; dois homens, com a mesma extensão de terreno e com o mesmo trabalho, podem extrair um produto extremamente diferente: segunda fonte de desigualdade.

As propriedades, passando dos pais para os filhos, dividem-se em porções mais ou menos extensas, consoante sejam as famílias mais ou menos numerosas; à medida que as gerações se sucedem, ora as heranças se dividem mais, ora se reúnem novamente pela extinção das ramificações: terceira fonte de desigualdade.

O contraste de inteligência, de atividade e sobretudo de economia de uns com a indolência, a inação e a dissipação de outros foi um quarto princípio de desigualdade, e o mais poderoso de todos.

O proprietário negligente e sem previdência, que cultivava mal, que nos anos de abundância consome em coisas frívolas a totalidade de seu excedente, esse vê-se obrigado, ao menor acidente, a pedir socorro ao vizinho mais sábio e a viver de empréstimos. Se, por novos acidentes, ou pela continuidade de sua negligência, ele se encontrar fora de condições de pagá-los, se for obrigado a tomar novos empréstimos, não terá então outro recurso além de abandonar uma parte ou mesmo a totalidade de seus fundos a seu credor, que os tomará equivalentemente; ou os cederá a outro em troca de outros valores, com os quais cumprirá sua obrigação com o credor.

XIII

Consequência da desigualdade. O cultivador distinguido do proprietário.

Eis os fundos de terra no comércio, comprados e vendidos. A porção do proprietário perdulário ou infeliz serve ao prolongamento da do proprietário mais feliz ou mais sábio, e, nessa desigualdade de posses variáveis ao

infinito, é impossível que grande número de proprietários não possua mais do que pode cultivar. Além disso, é muito natural que um homem rico deseje gozar tranquilamente sua riqueza, e que, em vez de aplicar todo o seu tempo em trabalhos penosos, prefira dar uma parte de seu excedente a pessoas que trabalhem para ele.

XIV

Divisão dos produtos entre o cultivador e o proprietário. Produto líquido ou rendimento.

Com esse novo arranjo, o produto da terra dividiu-se em duas partes: uma compreende a subsistência e os lucros do lavrador, que são a recompensa de seu trabalho e a condição em que ele se encarrega de cultivar o campo do proprietário; o que resta é parte independente e disponível que a terra dá como um presente àquele que a cultiva para além de seus investimentos e da recompensa por seus esforços, é a parte do proprietário ou o rendimento com que este pode viver sem trabalho e que ele leva aonde quer.

XV

Nova divisão da sociedade em três classes: cultivadores, artesãos e proprietários, ou classe produtora, classe estipendiária, classe disponível.

Eis agora a sociedade dividida em três classes: a classe dos lavradores, que pode conservar o nome de classe produtora; a classe dos artesãos e outros dependentes dos produtos da terra; e a classe dos proprietários, a única que, não estando ligada pela necessidade de subsistência a nenhum trabalho particular, pode dedicar-se às necessidades gerais da sociedade, como a guerra e a administração da justiça, seja por um serviço pessoal, seja pelo pagamento de parte seus rendimentos, com o qual o Estado ou a sociedade assalaria os homens para que cumpram suas funções. O nome que

melhor lhe convém, por esta razão, é o de classe disponível.

XVI

Semelhança entre as duas classes laboriosas ou não disponíveis.

As duas classes, a de cultivadores e a de artesãos, assemelham-se em vários aspectos, mas sobretudo em que os que as compõem não possuem nenhum rendimento e vivem igualmente de proventos que lhes são pagos sobre os produtos da terra. Um e outro têm ainda em comum o fato de que percebem apenas o valor de seu trabalho e de seus investimentos, e este valor é aproximadamente o mesmo para as duas classes. O proprietário, no entanto, negocia com os que cultivam sua terra para lhes dar a menor parte possível de produtos, da mesma maneira que discute com o sapateiro para comprar-lhe os sapatos o mais barato possível. Em uma palavra, nem o cultivador nem o artesão têm nada além da retribuição de seu trabalho.

XVII

Diferença essencial entre essas duas classes laboriosas.

Mas há esta diferença entre os dois tipos de trabalho: o trabalho do cultivador produz seu próprio salário, e, além disso, a renda que serve para assalariar toda a classe de artesãos e outros estipendiários; enquanto os artesãos recebem simplesmente seu soldo, isto é, uma parte no produto das terras em troca de seu trabalho, e não produzem nenhum rendimento. O proprietário não possui nada senão pelo trabalho do cultivador; recebe deste sua subsistência e aquilo com que paga o trabalho de outros estipendiários. Precisa do cultivador por uma necessidade de ordem física, em virtude da qual a terra não produz sem trabalho; mas o cultivador não precisa do proprietário senão em virtude das convenções humanas

e das leis civis que garantiram aos primeiros cultivadores e a seus herdeiros a propriedade dos terrenos que haviam ocupado, ainda que cessassem de cultivá-los. Mas estas leis não puderam garantir ao homem ocioso senão a parte da produção que a terra dá além da recompensa devida aos cultivadores. O proprietário é forçado a abandoná-la, sob pena de tudo perder.

O cultivador, limitado que está à recompensa por seu trabalho, conserva então essa primazia natural e física que o torna o primeiro motor de toda a máquina da sociedade e que faz depender de seu trabalho, e de sua subsistência, a riqueza do proprietário e o soldo de todos os outros trabalhos.

O artesão, ao contrário, recebe seu soldo, seja do proprietário, seja do cultivador, e não lhes dá, em troca de seu trabalho, senão o equivalente a esse soldo e nada mais.

Assim, embora o cultivador e o artesão ganhem, ambos, apenas a retribuição por seu trabalho, o cultivador faz nascer, além dessa recompensa, a renda do proprietário; e o artesão não faz nascer renda alguma, nem para si nem para outrem.

XVIII

Essa diferença autoriza a distinção entre classe produtora e classe estéril.

Podem distinguir-se, portanto, as duas classes não disponíveis em classe produtora, que é a dos cultivadores, e em classe estéril, que compreende todos os outros membros estipendiários da sociedade.

XIX

Como os proprietários podem extrair rendimentos de suas terras.

Os proprietários que não trabalham, eles mesmos, suas terras podem lançar mão de diferentes maneiras para fazê-las cultivar, ou fazer diferentes acordos com os que as cultivam.

XX

Primeira maneira: cultura por homens assalariados.

Eles podem primeiramente pagar, por jornada ou por ano, a homens que lavrem os campos, e guardar para si a totalidade dos produtos, o que supõe que o proprietário faça o investimento das sementes e do salário dos trabalhadores até à colheita.

Mas essa primeira maneira tem o inconveniente de exigir muito trabalho e muita assiduidade da parte do proprietário, que deve sozinho conduzir os lavradores no trabalho, velar pelo emprego do tempo e pela fidelidade deles a não desviar nada da produção.

É verdade que ele pode também assalariar um homem mais inteligente, cuja fidelidade conheça, e que, enquanto regente ou condutor, dirija os trabalhadores e faça a contagem dos produtos; mas estará sempre sujeito a ser enganado.

Além disso, esse método é extremamente dispendioso, a menos que uma grande população e a falta de emprego em outros tipos de trabalho forcem os trabalhadores a contentar-se com baixíssimos salários.

XXI

Segunda maneira: cultura por escravos.

Em tempos vizinhos à origem das sociedades, era quase impossível encontrar homens que quisessem trabalhar o terreno de outrem, porque, ainda não estando todos os terrenos ocupados, os que queriam trabalhar preferiam decruar novos terrenos e cultivá-los por contra própria; é basicamente o caso em que nos encontramos em todas as novas colônias.

Os homens violentos pensaram então em constranger outros homens, pela força, a trabalhar para eles. Tiveram escravos. Estes últimos não têm justiça alguma que reclamar

diante de pessoas que não puderam reduzi-los à escravidão sem violar todos os direitos da humanidade. No entanto, a lei física da natureza assegura-lhes ainda a parte da produção a que deram vida, pois é preciso que o proprietário os alimente para bem valer-se de seu trabalho. Mas esta espécie de pagamento é limitada à mais estreita necessidade e à subsistência.

A prática abominável da escravidão foi outrora universal, e é ainda difundida na maior parte da terra. O objeto principal das guerras que os povos antigos faziam era o tomar escravos, que os vencedores faziam trabalhar por conta própria ou vendiam a outros. Tal espoliação e tal comércio reinam ainda em todo o seu horror na costa da Guiné, onde os europeus o fomentam indo ali a fim de comprar negros para a cultura das colônias americanas.

Os trabalhos excessivos a que ávidos senhores forçam seus escravos fazem-nos sofrer imensamente; e é preciso, para manter sempre o número necessário à cultura, que o comércio os forneça todos os anos em enorme quantidade. E, como é sempre a guerra a que forma os primeiros fundos deste comércio, é evidente que este só pode subsistir enquanto os homens estejam divididos em nações muito pequenas, que se dilaceram incessantemente, e enquanto cada aldeia faça guerra à sua vizinha. Que a Inglaterra, a França e a Espanha se façam a guerra mais obstinada, apenas as fronteiras de cada Estado serão atingidas, e isso em pequeno número de pontos somente. Todo o restante do país estará tranquilo, e o pequeno número de prisioneiros que se poderia fazer de parte a parte seria recurso muito fraco para a cultura de cada uma das três nações.

XXII

A cultura por escravos não pode subsistir nas grandes sociedades

Assim, quando os homens se reúnem em grandes sociedades, o recrutamento de escravos cessa de ser suficientemente abundan-

te para satisfazer ao consumo que deles faz a cultura. E, ainda que se acrescente ao trabalho dos homens o do gado, chega o tempo em que as terras já não podem ser trabalhadas por escravos. O costume conserva-se apenas para o serviço interior das moradias e a longo prazo se extingue, porque, à medida que as nações se civilizam, fazem entre si convenções para troca de prisioneiros de guerra. Essas convenções se fazem tanto mais facilmente quanto cada particular está grandemente interessado em afastar de si o perigo de cair na escravidão.

XXIII

A escravidão da gleba sucede à escravidão propriamente dita.

Os descendentes dos primeiros escravos, ligados primeiramente à cultura das terras, mudam, eles mesmos, de condição. Com a paz interior das nações já não deixando ao comércio o que é preciso para fornecer o grande consumo de escravos, são obrigados os proprietários a poupá-los ainda mais. Os que nasceram na propriedade, acostumados desde a infância a seu estado, são menos revoltados, e os proprietários têm menos necessidade de empregar meios rigorosos para contê-los; pouco a pouco, a gleba que cultivam torna-se sua pátria; eles não têm outra língua além da de seus mestres; tornam-se parte da mesma nação; estabelece-se a familiaridade, e depois a confiança e a humanidade da parte dos mestres.

XXIV

A vassalagem sucede à escravidão da gleba, e o escravo torna-se proprietário. Terceira maneira: alienação de fundos para a manumissão.

A administração de um bem cultivado por escravos exige cuidados penosos e residência inoportuna. O proprietário garante um gozo mais livre, mais fácil e mais seguro ao interessar seus escravos na cultura, ceden-

do-lhes a cada um certa extensão de terreno, com a condição de lhe entregarem uma porção dos frutos. Uns firmaram essa convenção por um tempo e deixaram a seus servos apenas uma posse precária e revogável; outros cederam o fundo perpetuamente, retendo um tributo anual, pagável em alimentos ou em dinheiro, e exigindo dos posseiros certos deveres. Os que recebiam essas terras com a condição prescrita tornavam-se proprietários e livres, com o nome de foreiros ou de vassallos, e os antigos proprietários, com o nome de senhores, conservavam somente o direito de exigir o pagamento do tributo e de outros deveres convencionados: foi assim que as coisas se passaram na maior parte da Europa.

XXV

Quarta maneira: colonato e parceria

Os fundos tornados livres em contrapartida de tributos podem ainda mudar de proprietários, dividir-se e reunir-se por via das sucessões e das vendas; e tal vassallo pode, por sua vez, extrair deles mais do que pode cultivar por si. O mais das vezes, o tributo a que estão sujeitos os fundos não é forte o bastante para que, cultivando-os bem, não se possa obter mais que os investimentos, as taxas devidas e a subsistência do cultivador; uma superabundância de produtos forma uma renda: assim, o vassallo proprietário também deseja gozar dessa renda sem mais esforços, e fazer cultivar seu fundo por outros. De outro lado, a maior parte dos senhores não aliena senão as partes de suas possessões que estão menos a seu alcance, e mantém as que eles podem fazer cultivar por menos valor. Já não sendo praticável a cultura por escravos, o primeiro meio que se ofereceu e o mais simples para fazer os homens livres cultivar fundos que não lhes pertencem foi ceder-lhes uma porção dos frutos, o que os induzia a cultivar melhor do que o faziam os trabalhadores a que se dava salário fixo. A divisão mais comum era formar duas partes iguais, uma das quais pertencia ao colono, e a outra ao proprietário; foi

isso o que levou ao nome de *meeiro*¹. Em acordos desse gênero, que aconteceram na maior parte da França, o proprietário faz todos os investimentos da cultura, ou seja, fornece, a suas próprias custas, os animais de trabalho, as charruas e outras ferramentas aratórias, a semente e a alimentação do colono e de sua família, desde o instante em que este entra na quinta arrendada até à primeira colheita.

XXVI

Quinta maneira: arrendamento ou aluguel das terras

Os cultivadores inteligentes e ricos que imaginavam a que ponto uma cultura ativa e bem conduzida, pela qual não se pouparia trabalho nem despesas, poderia levar a fertilidade das terras julgaram com razão que ganhariam ainda mais se o proprietário consentisse em ceder-lhes, por dado número de anos, a totalidade das colheitas, em contrapartida do pagamento anual de um valor fixo e de fazer todos os investimentos da plantação. Com isso, garantiam que lhes pertenceria por inteiro o crescimento de produção que seus gastos e seu trabalho fariam nascer. O proprietário, por seu lado, ganhava com isso um gozo de seu rendimento mais tranquilo, já que estava livre do encargo de fazer os investimentos e contar os produtos, mais igual, já que recebia todos os anos o mesmo preço por seu arrendamento, e mais certamente, porque não corria jamais o risco de perder seus investimentos e porque os animais e outros utensílios com que os arrendatários haviam arreado sua fazenda se tornavam uma garantia que lhe assegurava o pagamento. Além disso, dando-se o arrendamento por apenas pequeno número de anos, se o proprietário tivesse atribuído um preço muito baixo a suas terras, poderia aumentá-lo ao fim do contrato.

¹ No original, *métayer*, derivado de *moitié* ['metade']. [N. dos T.]

XXVII

Esta última maneira é a mais vantajosa de todas, mas supõe um país já rico.

Esta maneira de cultivar as terras é de todas a mais vantajosa aos proprietários e aos cultivadores; estabelece-se por todo e qualquer lugar em que haja cultivadores ricos com capacidade de fazer os investimentos da cultura; e, como os cultivadores ricos são bem mais capazes de lidar com a terra e fertilizá-la, disso resulta um prodigioso aumento nas produções e na renda da propriedade imobiliária. Na Picardia, na Normandia, nos entornos de Paris e na maioria das províncias do norte da França, as terras são cultivadas por arrendatários. Nas províncias do Midi², são-no por meeiros; assim, as províncias do norte da França são incomparavelmente mais ricas e mais bem cultivadas que as do Midi.

XXVIII

Recapitulação das diferentes maneiras de explorar as terras.

Acabo de enunciar cinco maneiras por que os proprietários puderam, escusando-se do trabalho da cultura, explorar seus fundos pelas mãos de outrem; a primeira, pelos trabalhadores pagos a soldo fixo; a segunda, por escravos; a terceira, pela cessão dos fundos por uma renda; a quarta, pela cessão ao cultivador de uma porção determinada e, mais comumente, da metade dos frutos, encarregando-se o proprietário de fazer os investimentos da cultura; a quinta, pelo aluguel da terra a arrendatários que se encarregam de todos os investimentos e que se comprometem a dar ao proprietário, durante certo número de anos acordado, uma renda sempre igual.

Destas cinco maneiras, a primeira, por demais dispendiosa, muito raramente é posta em prática; a segunda não tem lugar senão em países ainda ignorantes e bárbaros; a ter-

ceira é menos uma maneira de explorar sua propriedade que uma cessão da propriedade por uma dívida sobre o fundo, de modo que o antigo proprietário não é mais, propriamente falando, que um credor do novo.

Os dois últimos métodos de cultura são os mais geralmente usados, a saber: a cultura dos meeiros nos países pobres e a cultura dos arrendatários nos países mais ricos.

XXIX

Dos capitais em geral e do rendimento do dinheiro.

Há outro meio de ser rico sem trabalhar e sem possuir terras de que ainda não falei. É necessário explicar sua origem e sua conexão com o restante do sistema de distribuição de riquezas na sociedade, cujo esboço acabo de tracejar. Este meio consiste em viver do que chamamos rendimento do dinheiro, ou dos juros que se retiram do dinheiro emprestado.

XXX

Do uso do ouro e da prata no comércio.

A prata e o ouro são duas mercadorias como as outras, e menos preciosas que outras tantas, já que não são de nenhum uso para as verdadeiras necessidades da vida. Para explicar como estes dois metais se tornaram o penhor representativo de toda e qualquer espécie de riqueza, como eles influem no comportamento do mercado e como se enquadram na composição das fortunas, é-nos preciso retroceder, voltar sobre nossos próprios passos.

XXXI

Nascimento do comércio. Princípio da avaliação das coisas negociáveis.

A necessidade recíproca introduziu a troca daquilo que se tinha por aquilo que não se tinha. Trocou-se um alimento por outro, os

² O meio-dia ou sul da França. [N. dos T.]

alimentos por trabalho. – Nessas trocas, era preciso que as duas partes convencionassem a qualidade e a quantidade de cada uma das coisas trocadas. – Nesta convenção, é natural que cada um deseje receber o mais possível e dar o menos possível. – E, sendo ambos igualmente donos do que têm para dar na permuta, cabe a cada um deles pesar o vínculo que têm com o alimento que dão com o desejo que têm do alimento que querem receber, e fixar, consequentemente, a quantidade de cada uma das coisas permutadas. – Se não estão de acordo, será preciso que se aproximem, cedendo um pouco de parte a parte, oferecendo mais e contentando-se com menos. – Suponhamos que um precise de trigo e que outro precise de vinho, e que eles convençionem trocar um alqueire de trigo por seis quartilhos de vinho: é evidente que, por cada um deles, um alqueire de trigo e seis quartilhos de vinho são vistos como exatamente equivalentes, e que, nesta troca particular, o preço de um alqueire de trigo é seis quartilhos de vinho, e o preço de seis quartilhos de vinho é um alqueire de trigo. Mas em outra troca entre outros homens esse preço será diferente segundo um deles tenha necessidade mais ou menos urgente do alimento do outro; e *um alqueire* de trigo poderá ser trocado por *oito quartilhos* de vinho, enquanto outro alqueire será trocado por quatro quartilhos somente. Ora, é evidente que nenhum destes três preços poderia ser visto como o verdadeiro preço do alqueire de trigo; pois, para cada um dos contratantes, o vinho que recebeu era equivalente ao trigo que deu: em uma palavra, enquanto considerarmos cada troca como isolada e em particular, o valor de cada uma das coisas permutadas não tem outra medida além da necessidade ou do desejo dos contratantes pesadas de parte a parte, e este valor não é fixado senão por acordo das vontades.

XXXII

Como se estabelece o valor corrente na troca de mercadorias.

Não obstante, sucede que vários particulares têm vinho para oferecer ao que tem o

trigo: se alguém só quis dar *quatro quartilhos* por *um alqueire*, o proprietário do trigo não lhe dará seu trigo, já que sabe que outro lhe dará *seis quartilhos* ou *oito* pelo mesmo *alqueire*. Se o primeiro quer ter o trigo, será obrigado a aumentar o preço ao nível do daquele que oferece mais. Os vendedores de vinho beneficiam-se, por sua vez, da concorrência entre os vendedores de trigo: cada um só decide dar seu alimento depois de ter comparado as diferentes ofertas que lhes fazem do alimento de que precisam, e dão preferência à oferta mais forte. O valor do trigo e do vinho já não é discutido apenas entre dois particulares e relativamente a suas necessidades e a suas faculdades recíprocas; ele fixa-se pelo balanço das necessidades e das faculdades da totalidade dos vendedores de trigo com as da totalidade de vendedores de vinho. Pois alguém que desse de bom grado *oito quartilhos* de vinho por *um alqueire* de trigo não dará senão *quatro* quando souber que um proprietário de trigo consente em dar *dois alqueires* de trigo por *oito quartilhos*. O preço mediano entre as diferentes ofertas e as diferentes demandas tornar-se-á o preço corrente a que todos os compradores e todos os vendedores se conformarão em suas trocas; e será verdadeiro dizer que seis quartilhos de vinho serão para todo o mundo o equivalente de um alqueire de trigo, se é este o preço mediano, até que a diminuição da oferta, de um lado, ou da demanda, de outro, façam mudar tal apreciação.

XXXIII

O comércio dá a cada mercadoria um valor corrente relativo a todas as outras mercadorias, donde se segue que toda e qualquer mercadoria é equivalente a certa quantidade de qualquer outra mercadoria e pode ser visto como um penhor que a representa.

O trigo não se troca apenas por vinho, mas por todos os outros objetos de que podem precisar os proprietários de trigo; por madeira, couro, lã, algodão, etc.: é o mesmo caso para o vinho e cada alimento em particu-

lar. Se *um alqueire* de trigo é o equivalente de *seis quartilhos* de vinho, e uma ovelha é o equivalente de *três alqueires* de trigo, essa mesma ovelha será o equivalente de *dezoito quartilhos* de vinho. Aquele que, tendo trigo, tivesse necessidade de vinho poderia, sem inconveniência, trocar seu trigo por uma ovelha, a fim de poder, em seguida, trocar essa ovelha pelo vinho de que necessita.

XXXIV

Toda e qualquer mercadoria pode servir de escala ou de medida comum para por ela comparar-se ao valor de todas as outras.

Segue-se disso que, em um país onde o comércio é muito movimentado, onde há muita produção e muito consumo, onde há muitas ofertas e muitas demandas de todos os tipos de alimentos, cada tipo terá um preço corrente relativamente a todos os outros tipos; isto é, certa quantidade de um equivalerá a certa quantidade de qualquer dos outros. Assim, a mesma quantidade de trigo, que valerá dezoito quartilhos de vinho, valerá também uma ovelha, uma peça de couro preparado, certa quantidade de ferro: e todas essas coisas terão, no comércio, valor igual. Para exprimir e dar a conhecer o valor de uma coisa em particular, é evidente que basta enunciar a quantidade de outro alimento conhecido que seja visto como equivalente dela. Assim, para anunciar aquilo que vale uma peça de couro de certo tamanho, pode dizer-se indiferentemente que vale *três alqueires de trigo* ou *dezoito quartilhos de vinho*. Pode igualmente exprimir-se o valor de certa quantidade de vinho pelo número das ovelhas ou de alqueires de trigo que ela vale no comércio. Vê-se com isso que todas as espécies de produtos que podem ser objeto de comércio se determinam, por assim dizer, umas às outras, e que cada uma pode servir de medida comum ou de escala de comparação para atribuir valores a todas as outras; e paralelamente cada mercadoria se torna, nas mãos de quem a possui, um meio de obter todas as outras: uma espécie de penhor universal.

XXXV

Nem toda e qualquer mercadoria apresenta uma escala de valores igualmente conveniente. Preciso-se dar preferência, em seu uso, àquelas que, não sendo suscetíveis de uma grande diferença na qualidade, têm valor principalmente relativo ao número ou à quantidade.

Mas, ainda que todas as mercadorias tenham essencialmente tal propriedade de representar todas as outras, de poder servir de medida comum para exprimir seus valores, e de penhor universal para obtê-las todas por meio da troca, nem todas podem ser utilizadas com a mesma facilidade nessas duas situações. Quanto mais uma mercadoria é suscetível de mudar de valor em razão de sua qualidade, tanto mais é difícil fazê-la servir de escala para representar o valor das outras mercadorias. Por exemplo, se *dezoito quartilhos* de vinho de *Anjou*³ são equivalentes a *uma ovelha*, *dezoito quartilhos* de vinho do Cabo serão equivalentes a *dezoito ovelhas*. Assim, aquele que, para dar a conhecer o valor de uma ovelha, dissesse que ela vale dezoito quartilhos de vinho, empregaria uma linguagem equívoca e que não daria nenhuma ideia precisa, a menos que ele acrescentasse muitas explicações, o que seria muito incômodo. Portanto, precisou-se antes escolher, para escala de comparação, aqueles produtos que, sendo de uso mais comum, e assim de valor mais conhecido, eram mais semelhantes uns aos outros e, conseqüentemente, de valor mais relativo ao número e à quantidade que à qualidade.

XXXVI

Na falta de exata correspondência entre o valor e o número ou quantidade, acrescenta-se a estes uma avaliação média que se torna uma espécie de moeda ideal.

³ Antiga província da atual região do *Pays de la Loire*. [N. dos T.]

Em um país onde existe somente uma raça de ovelhas, pode facilmente tomar-se o valor de um tosão ou de uma ovelha por medida comum dos valores, e dir-se-ia que uma barrica de vinho ou uma peça de tecido valem certo número de tosões ou de ovelhas. Na verdade, entre as ovelhas há certa irregularidade, mas, quando se trata de vender ovelhas, tem-se o cuidado de avaliar essa irregularidade e de contar, por exemplo, dois cordeiros para cada ovelha. Quando se trata de avaliar qualquer outra mercadoria, toma-se por unidade o valor comum de uma ovelha de idade média e de força média. Desse modo, a enunciação dos valores em ovelhas torna-se uma como linguagem de convenção, e essa palavra, *uma ovelha*, na linguagem do comércio, significa apenas certo valor que, ao espírito dos que a ouvem, leva a ideia não somente de uma ovelha, mas de certa quantidade de cada um dos alimentos mais comuns, que são vistos como o equivalente desse valor; e essa expressão terminará assim por aplicar-se a um valor fictício e abstrato antes que a uma ovelha real; e, se por acaso houver mortandade de ovelhas, e se para ter uma for preciso dar o dobro de trigo ou de vinho que anteriormente, dir-se-á, antes, que *uma ovelha vale duas ovelhas*, em vez de mudar a expressão a que se está acostumado para todos os outros valores.

XXXVII

Exemplos dessas avaliações médias que se tornam expressão ideal de valores.

Conhecemos, no comércio de todas as nações, vários exemplos dessas avaliações fictícias em mercadorias, as quais não são, por assim dizer, senão uma linguagem de convenção para exprimir seu valor. Assim, os assadores de Paris e os mercadores de peixes que fornecem a grandes casas fazem normalmente seus negócios *por peça*. Uma franga cevada conta por uma peça; um frango por meia peça, mais ou menos conforme ao período do ano, e assim por diante. No comércio dos negros vendidos às colônias da América, vende-

-se uma carga de negros à razão de tanto por cabeça de negro *peça da Índia*⁴. As mulheres e as crianças equivalem-se: de modo que, por exemplo, três crianças ou uma mulher e uma criança contam por uma cabeça de negro. Aumenta-se ou diminui-se a avaliação conforme ao vigor ou a outras qualidades dos escravos; de modo que tal escravo pode contar por *duas cabeças de negro*. Os negros *mandingos*, que fazem o comércio de pó de ouro com os mercadores árabes, associam todos os alimentos a uma escala fictícia cujas partes se chamam *macutes*, de modo que eles dizem aos mercadores que lhes dão tantos *macutes* em ouro. Avaliam também em *macutes* as mercadorias que recebem, e debatem com os mercadores a respeito dessa avaliação. É assim que se conta, na Holanda, por *florins de banco*, que são apenas uma moeda fictícia e que no comércio são avaliadas ora mais caras ora mais baratas que a moeda que se chama *florins*.

XXXVIII

Toda e qualquer mercadoria é um penhor representativo de todos os objetos do comércio; mas mais ou menos conveniente em seu uso, conforme seja mais ou menos fácil de transportar e de conservar sem alteração.

A variação na qualidade das mercadorias, e em seu valor devido a essa qualidade, o que as torna menos próprias que outras para servir de medida comum, opõe-se mais ou menos a que sejam um penhor representativo de qualquer outra mercadoria de igual valor. No entanto, há também, quanto a esta última propriedade, diferença muito grande entre as diferentes espécies de mercadorias. É evidente, por exemplo, que um homem que possui uma peça de pano é mais propenso a conseguir, quando quiser, certa quantidade de trigo do que se tivesse uma barrica de vinho de igual valor, sendo o vinho suscetível de uma infinidade de aci-

⁴ Unidade usada para contar o número de escravos de um carregamento. [N. dos T.]

dentes que podem, em um instante, fazê-lo perder todo o seu valor.

XXXIX

Toda e qualquer mercadoria tem as duas propriedades essenciais da moeda, a de avaliar e a de representar qualquer valor: e, nesse sentido, toda e qualquer mercadoria é moeda.

Estas duas propriedades, a de servir como medida comum de todos os valores e a de ser um penhor representativo de todas as mercadorias de igual valor, contêm tudo aquilo que constitui a essência e a utilidade do que se chama moeda; e segue-se dos detalhes em que acabo de entrar que todas as mercadorias são, de certa perspectiva, moeda, e participam destas duas propriedades essenciais mais ou menos à proporção de sua natureza particular. Todas são mais ou menos próprias para servir de medida comum segundo sejam de uso mais generalizado, de qualidade mais assemelhada e mais fáceis de dividir em partes de igual valor. Todas são mais ou menos próprias para ser penhor universal de trocas, à razão de que sejam menos suscetíveis de deterioração e de alteração em sua quantidade ou em sua qualidade.

XL

Reciprocamente, toda e qualquer moeda é essencialmente mercadoria.

Não se pode tomar por medida comum de valores senão aquilo que tem valor, aquilo que é recebido no comércio em troca de outros valores: e não há penhor universalmente representativo de um valor senão outro valor igual. Uma moeda de pura convenção é, portanto, algo impossível.

XLI

Diferentes materiais puderam servir e serviram de moeda usual.

Várias nações adotaram em sua linguagem e em seu comércio, como medida comum de valores, diferentes materiais mais ou menos preciosos; há ainda hoje alguns povos bárbaros que se servem de uma espécie de pequenas conchas chamadas *cauris*. Lembro-me de ter visto no colégio carços de damasco negociados e trocados como uma espécie de moeda entre os estudantes, que deles se serviam para jogar diferentes jogos. Já falei da avaliação por cabeça de gado. Encontram-se vestígios disso nas leis das antigas nações germânicas que destruíram o Império Romano. Os primeiros romanos, ou ao menos seus ancestrais latinos, também se serviram dela. Sustenta-se que as primeiras moedas cunhadas em cobre representavam o valor de uma ovelha, e levavam uma marca deste animal, e que é daí que veio a palavra *pecúnia*, de *pecus*. Essa conjectura tem muito de verossimilhança.

XLII

Os metais, e sobretudo o ouro e a prata, são mais próprios para isso que qualquer outra substância; e não sem motivo.

Eis-nos aqui, chegados ao momento da introdução dos metais preciosos no comércio. Todos os metais, à medida que foram descobertos, foram admitidos nas trocas por causa de suas reais utilidades: o brilho tornou-os procurados para servir de adereço; a ductibilidade e a solidez tornaram-nos próprios para fazer vasos mais duráveis e mais leves que os de argila. Mas estas substâncias não puderam entrar no comércio sem que se tornassem quase imediatamente a moeda universal; uma peça de qualquer metal tem exatamente as mesmas qualidades que outra peça do mesmo metal, desde que seja igualmente puro: a facilidade que se tem para separar, por operações químicas diversas, um metal dos outros com que ele se teria juntado faz que sempre seja possível reduzi-los ao grau de pureza, ou, como se diz, *ao título* que se queira: assim, o valor do metal já não pode diferenciar-se se-

não por seu peso. Expressando o valor de cada mercadoria pelo peso do metal que se dá em troca, ter-se-á, então, a expressão de todos os valores mais clara, mais cômoda e mais apta à precisão: e a partir de então é impossível que usualmente não seja preferida a qualquer outra. Os metais não são menos próprios que as outras mercadorias a tornar-se o penhor universal de todos os valores que podem mensurar: como eles são capazes de todas as divisões imagináveis, não há nenhum objeto no comércio cujo valor, pequeno ou grande, não possa ser pago de maneira exata por certa quantidade de metal. À vantagem de se prestarem a todas as espécies de divisões, eles adicionam a de ser inalteráveis: e os que são raros, como a prata e o ouro, têm enorme valor em peso e em volume bem pouco considerável.

Estes dois metais são, portanto, de todas as mercadorias, os mais fáceis de verificar, por sua qualidade, de dividir, por sua quantidade, de conservar eternamente sem alteração, e de transportar a todos os lugares pelas menores taxas. Todo e qualquer homem que tenha um alimento supérfluo, e que no momento não tenha necessidade de outro alimento comum, apressar-se-á a trocá-lo pelo metal; com isso é mais certo que com qualquer outra coisa que obtenha o alimento que quiser no momento da necessidade.

XLIII

O ouro e a prata são constituídos, pela natureza das coisas, em moeda e em moeda universal; independentemente de toda e qualquer convenção e de toda e qualquer lei.

Eis, assim, o ouro e a prata constituídos em moeda e em moeda universal, e isso sem nenhuma convenção arbitrária dos homens, sem intervenção de nenhuma lei, mas pela natureza das coisas. Eles não são, como as pessoas os imaginaram, signos de valores; têm eles mesmos um valor. Se são capazes de ser a medida e o penhor de outros valores, esta propriedade lhes é comum a eles e a todos os outros objetos que têm valor no

comércio. Nisso não diferem senão porque, sendo ao mesmo tempo mais divisíveis, mais inalteráveis e mais fáceis de transportar que outras mercadorias, é mais cômodo empregá-los para mensurar e representar valores.

XLIV

Os outros metais não têm esse uso senão subsidiariamente.

Todos os metais seriam aptos a ser usados como moeda. Mas os que são muito comuns têm pouco valor em grande volume para ser usados nas trocas correntes do comércio. O cobre, a prata e o ouro são os únicos de que se fez uso habitual. E, excetuados alguns povos a que nem as minas nem o comércio puderam fornecer quantidade suficiente de ouro e de prata, o cobre jamais serviu para outra coisa que trocas de baixos valores.

XLV

O uso do ouro e da prata como moeda fá-los aumentar de valor como matéria.

É impossível que a avidez com que cada um procurou trocar seus produtos supérfluos por ouro ou por prata, antes que por qualquer outro produto, não tenha aumentado muito o valor destes dois metais no comércio. Eles apenas se tornaram mais convenientes para seu uso como penhor e medida comum.

XLVI

Variações no valor do ouro e da prata comparados com outros objetos do comércio e entre si.

Esse valor é suscetível de mudanças e muda, de fato, continuamente; de modo que a mesma quantidade de metal que correspondia a certa quantidade de tal ou qual produto cessa de fazê-lo, e é preciso mais ou menos dinheiro para representar o mesmo produto. Quando é preciso mais, diz-se que o produ-

to está mais caro, e, quando é preciso menos, diz-se que está mais barato; mas poderia perfeitamente dizer-se que é o dinheiro o que está mais barato, no primeiro caso, e mais caro no segundo. Não somente a prata e o ouro variam de preço comparativamente a todos os outros produtos, senão que variam de preço entre si segundo estejam mais ou menos abundantes. É notório que se dão hoje, na Europa, de *catorze a quinze onças de prata por uma onça de ouro*, e que em tempos mais antigos se davam apenas *dez a onze onças de prata por uma de ouro*. Ainda hoje na China, mal se dão *doze onças de prata* para ter *uma onça de ouro*: de modo que existe grande vantagem em levar prata à China para trocá-la pelo ouro que se traz para a Europa. É visível que, com o tempo, o comércio deve tornar o ouro mais comum na Europa e mais raro na China, e que o valor destes dois metais deve enfim restabelecer-se, em todas as partes, à mesma proporção.

Mil causas concorrem para fixar a cada momento e para fazer variar incessantemente o valor dos produtos comparados, seja uns com os outros, seja com o dinheiro. As mesmas causas fixam ou fazem variar o valor do dinheiro comparado, seja ao valor de cada alimento em particular, seja à totalidade dos outros valores que estão atualmente no comércio. Não seria possível deslindar essas diferentes causas nem desenvolver seus efeitos sem lidar com detalhes muito extensos e muito difíceis, e abster-me-ei de entrar nessa discussão.

XLVII

A prática dos pagamentos em dinheiro deu lugar à distinção entre vendedor e comprador.

À medida que os homens se familiarizaram com o hábito de tudo avaliar em dinheiro, de trocar todo o seu supérfluo por dinheiro e de só trocá-lo por coisas que lhes fossem úteis ou agradáveis no momento, acostumaram-se a considerar as trocas do comércio de um novo ponto de vista. Com este, distinguiram duas pessoas, o vendedor e o comprador. O

vendedor era o que dava o produto por dinheiro, e o comprador o que dava dinheiro para ter o produto.

XLVIII

O uso do dinheiro facilitou muito a separação dos diversos trabalhos entre os diferentes membros da sociedade.

Quanto mais o dinheiro substituía tudo, tanto mais todos podiam, entregando-se unicamente à espécie de cultura ou de indústria que haviam escolhido, livrar-se de toda a preocupação de satisfazer suas outras necessidades e pensar apenas em obter o mais possível dinheiro pela venda de seus frutos ou de seu trabalho, seguros, com esse dinheiro, de ter todo o restante. É assim que o uso do dinheiro prodigiosamente acelerou o progresso da sociedade.

XLIX

Da reserva dos produtos anuais, acumulados para formar capitais.

Tão logo surgiram homens a quem a propriedade das terras garantia uma renda anual mais que suficiente para satisfazer a todas as suas necessidades, foi preciso encontrar homens, ou preocupados com o futuro ou simplesmente prudentes, que poupassem parte do que recolhiam todos os anos; seja para atender a possíveis acidentes, seja para aumentar sua fortuna. Quando os produtos que recolhiam eram difíceis de conservar, precisavam tentar obter em troca objetos de natureza mais durável e aos quais o tempo não fizesse perder valor: ou que pudessem ser usados para obter lucros que reparassem com sobra a deterioração. ∞